

FORMAÇÃO NA ÁREA CULTURAL: DESAFIOS ATUAIS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Wilq Vicente¹

Resumo: Este trabalho busca apresentar alguns desafios para as políticas públicas de formação na área da cultura. Para tanto, aborda brevemente o contexto das políticas paulistanas; realiza um breve exame do campo da cultura e o seu desenvolvimento, traçando um panorama a respeito; e, por último, faz um pequeno levantamento sobre o mercado da cultura, empregos e remuneração.

Palavras-chave: Políticas Culturais, Formação, Cultura, Trabalho

Introdução

Qual é o cenário atual da qualificação profissional e do trabalho na área cultural? Quais são os desafios colocados para as políticas de formação neste campo?² Um dos desafios para se pensar a cultura na atualidade diz respeito ao entendimento de que existe uma efervescência cultural inédita que nas últimas décadas redefine o lugar do fazer artístico/cultural na cartografia brasileira. Na última década foram realizadas intervenções modificadoras na realidade social, traduzidas na redução da extrema pobreza, na ampliação da classe C, além de investimentos nas periferias no que tange a área cultural. Hoje, vislumbra-se um movimento cultural consistente, insistente, diversificado e fragmentado, de apropriação dos mecanismos de realização e difusão de formas literárias, musicais, audiovisuais e artísticas autênticas, que vai ao encontro de iniciativas do poder público, do mercado e da sociedade civil organizada, sobretudo nas grandes cidades.

No caso de São Paulo, nos últimos anos, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC-SP) ampliou consideravelmente os recursos destinados ao fomento da produção cultural. Produtores culturais são apoiados através de recursos de editais públicos, notabilizados através do atual Núcleo de Cidadania Cultural³ (que é responsável na cidade de São Paulo pelos Programas VAI I e II, Pontos de Cultura, Aldeias, Agentes

¹ Mestre em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (EACH-USP) e Especialista em Gestão Cultural (Curso Sesc de Gestão Cultural).

² Estas questões foram norteadoras da 1ª Semana de Formação, Cultura e Trabalho, realizada em setembro de 2016 em São Paulo pela Muriçoca Multimídia em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e Sesc-SP, no âmbito da qual, como coordenador do seminário, desenvolvi a reflexão que deu origem a este texto. Este texto contou com a colaboração da Pesquisadora e Gestora Cultural Ananda Stücker.

³ http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/cidadania_cultural/

Comunitários de Cultura e Fomento à Periferia, destinados a grupos artísticos e culturais, principalmente àqueles cuja origem e foco de atuação encontram-se nas regiões periféricas) e do Núcleo de Fomentos⁴ (responsável pelos programas de fomento às linguagens artísticas, notadamente ao Cinema, Dança, Teatro e, mais recentemente, ao Circo e às redes sociais tecnológicas), além de ações de investimento direto e contratações artísticas.

No entanto, a ampliação do investimento nos fomentos à produção artístico-cultural não tem se revelado um mecanismo capaz, por si só, de induzir a cadeia produtiva da cultura de forma mais consistente e vigorosa. Sobretudo, no sentido da emancipação produtiva e da sustentabilidade dos grupos culturais e artistas, aspecto este fundamental para a sobrevivência no mercado de trabalho de forma não tão dependente do investimento estatal direto.

A política cultural nos últimos anos buscou construir o fortalecimento e sua capilaridade a nível nacional, tendo sido essa uma das áreas prioritárias do investimento do governo federal, vide o Programa dos Pontos de Cultura. Do ponto de vista das políticas públicas para área cultural, algumas ações se destacam por seu caráter estruturante: o investimento em equipamentos públicos de cultura, com infraestrutura adequada, capazes de promover, a um só tempo, o acesso à programação cultural qualificada e à formação cultural e artística para o cidadão comum e para aqueles especialmente inclinados a tornar-se ou manter-se como profissionais da cultura.

Em São Paulo, temos alguns exemplos de equipamentos públicos de cultura que apontam para este sentido como o Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes (CFCCT), Centro Cultural da Juventude (CCJ), Centro Cultural São Paulo (CCSP) e o Complexo do Theatro Municipal (Theatro, Praça das Artes e Central de Produção e Técnica do Pari). Em âmbito estadual vemos a existência de escolas técnicas de arte e cultura em baixo número e equipamentos como as “Fábricas de Cultura”⁵ que experimentam a formação em cultura. Em âmbito nacional observamos a ampliação dos Institutos Federais de educação profissional com cursos na área cultural e a estruturação dos CEUs das Artes pelo Ministério da Cultura (MinC), através da extinta Secretaria de Formação Artística e Cultural, em parceria com os entes federativos. Mais recentemente programas públicos têm procurado oferecer bolsas de estudo em instituições privadas de ensino como o SENAI e o SENAC. Há também arranjos mistos, quando uma instituição

⁴. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/fomentos/>

⁵. <http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/FabricasDeCultura/index.html>

privada faz a gestão de programas públicos de formação como é o caso da SP Escola de Teatro.⁶ Mesmo considerando este amplo conjunto de instituições, é evidente a grande demanda por mais oferta e acesso à formação, em especial no campo da educação profissional. E sobretudo a demanda por um debate aprofundado e qualificado sobre as iniciativas existentes e sobre os campos a explorar.

Nota-se que já há algumas gestões no município de São Paulo, a área de formação é voltada sobretudo para as práticas artísticas, em escolas, programas continuados, cursos de curta duração, seminários e oficinas diversas, sendo importante mencionar, no âmbito da SMC, o pioneiro programa Jovem Monitor Cultural, iniciativa que desde 2008 promove a experimentação profissional no campo da gestão, realizada a partir da atuação prática dos jovens em equipamentos municipais, além dos já consolidados programas EMIA, PIÁ e Vocacional, estes voltados para as artes.⁷

Considerando a notável demanda de profissionais versáteis no vasto campo cultural paulistano, a baixa oferta de cursos na área, sobretudo profissionalizantes, e a barreira financeira ao acesso de cursos pagos, entende-se a promoção da capacitação e formação pública como fundamental no atual cenário. Voltadas para profissionais iniciantes ou interessados no campo, novas ações formativas devem orientar-se pelo objetivo de desenvolver técnicas e habilidades, oferecer conteúdos gerais e específicos do funcionamento do trabalho e proporcionar a prospecção de possibilidades profissionais. Também voltadas para produtores, gestores, artistas e profissionais já atuantes, devem visar o aperfeiçoamento de técnicas e a qualificação do trabalho, proporcionar especialização, oferecendo um ambiente de reflexão, aprimoramento, sistematização e troca de experiências, atualizando conhecimentos e ampliando o repertório de práticas.

A procura por formação técnico-profissionalizante na área cultural é notória e o atendimento a esta demanda é um dos grandes desafios colocados pelo Plano Nacional de Cultura (PNC),⁸ configurando metas do Plano Nacional de Educação (PNE)⁹ e está presente nas discussões do Plano Municipal de Cultura de São Paulo (PMC).¹⁰ Sendo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB),¹¹ em seus artigos 35 a 37,

⁶ <http://www.spescoladeteatro.org.br/>

⁷ <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/formacao/>

⁸ PNC: http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/

⁹ PNE: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

¹⁰ PMC: http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/PMC_FINAL.pdf

¹¹ LDB: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

estabelece que os alunos egressos do ensino fundamental e médio tenham acesso à Educação Profissional como forma de capacitação.

A formação na área da cultura, além de uma amplitude conceitual, pode compreender um vasto campo de possibilidades e modalidades de programas, projetos e formatos possíveis, muitas vezes constituídos em espaços e processos formativos não formais e/ou institucionais, em relações estabelecidas nas dinâmicas dos saberes e fazeres empíricos e as formas de transmissão de conhecimento no ambiente de trabalho, o que é valioso e fundamental, mas não se configura como ação de Estado.

Também é necessário diferenciar a ideia de formação na área artística e cultural daquela que aproxima do tradicional modelo de educação escolar. A estrutura escolar pressupõe uma organização hierárquica já pré-definida e um alinhamento a determinadas diretrizes curriculares que, por si só, não se aplicam a um projeto dinâmico e contemporâneo de formação artística e cultural. A possibilidade de um centro público de formação cultural não necessariamente prevê a interação intermediada somente por matrículas, catracas, ficha de avaliação, notas de desempenho, mas comporta um número mais variado e complexo de atores, para além dos professores, estudantes, pais e comunidade escolar.

Nos equipamentos públicos de cultura é possível experimentar projetos formativos e educativos que permitam arranjos intergeracionais, a intersecção de linguagens distintas e complementares, o acesso à inovação tecnológica e metodológica, a ousadia do pensamento crítico dos coletivos e grupos produtores diversos, a busca por novos conteúdos, a pesquisa e o processo criativo compartilhado dos artistas e de suas companhias, o amplo acesso e convivência diversa como espaço privilegiado de interação e formação.

Há uma necessidade latente de tratar a formação profissional na perspectiva de uma política de Estado, conciliando as políticas resultantes de secretarias de cultura e educação municipais, estaduais e federal, universidades, instituições culturais privadas, sistema S, escutando também profissionais e empreendedores, produtores, artistas e gestores culturais.

Os equipamentos culturais são parte fundamental da rede de difusão e circulação cultural, contribuindo ainda para o acesso à produção cultural. De perfis variados - teatros, centros culturais, museus, bibliotecas, cinemas -, privados ou públicos, tem em comum o oferecimento de alternativas de consumo e/ou produção cultural e o

atendimento público. Tais espaços tem se tornado cada vez mais multifuncionais, de maneira que não é raro ver saraus poéticos realizados em museus e apresentações musicais em bibliotecas, por exemplo. A formação transdisciplinar e a versatilidade do profissional são, portanto, características cada vez mais demandadas neste mercado de trabalho.

Existe uma demanda premente pela formação de técnicos de nível médio, em instituições públicas adequadamente estruturadas para isso, assim certificados e reconhecidos pelos órgãos competentes da regulamentação profissional, capazes de oferecer uma formação sólida em consonância com as necessidades do universo de trabalho na área.

Para o futuro próximo, o Plano Municipal de Cultura de São Paulo vislumbra a continuidade das boas práticas e políticas existentes e novas ações nos campos da experimentação e ampliação de repertórios, da iniciação artística, e também ações voltadas para a formação técnica e para a profissionalização, tendo como premissas a democratização do acesso e a descentralização cultural, o desenvolvimento local e o acesso aos saberes, de forma que torna-se premente o aprofundamento das discussões a respeito das políticas para o setor.

Os Novos Profissionais da Cultura

A cultura ocupa um lugar central no mundo contemporâneo. Essa centralidade é decorrente de uma verdadeira revolução cultural ocorrida no século XX, resultado da enorme expansão das atividades, instituições e práticas culturais e da função sem precedentes que passa a exercer nos processos de desenvolvimento e na alocação de recursos econômicos e materiais. A cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação, ou, o conjunto dos processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social. A cultura passa a ser entendida como campo de expressão simbólica, construção coletiva, direito e vetor de desenvolvimento.

Com a crescente proeminência da cultura na vida social, sua importância econômica vem se destacando, constituindo um importante campo para criação de emprego e renda, abrangendo tanto as profissões estritamente vinculadas à prática artística e cultural, quanto às atividades técnicas, administrativas, tecnológicas e operacionais exercidas em unidades econômicas diversas do setor cultural.

Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014, do IBGE, apontam para o crescimento da relevância da cultura na vida social dos municípios brasileiros. 34% das cidades pesquisadas estão dispostas a “tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população” e 33% buscam “dinamizar as atividades culturais no município”,¹² apontando para a ampliação das oportunidades profissionais no setor. A gestão pública da cultura também é um campo em desenvolvimento no país. Se em 2006 4,3% das prefeituras tinham uma secretaria exclusiva para a cultura, em 2014 este índice saltou para 20,4%, revelando um processo de intensa institucionalização e relativa valorização da cultura no cenário das políticas públicas.

O investimento na capacitação, formação e qualificação dos profissionais da cultura parece ser um dos pontos chave para potencializar o papel deste setor produtivo como eixo de desenvolvimento para o país, não somente no campo estético e conceitual, mas também tendo em vista o potencial da cultura para a democracia, o desenvolvimento econômico e territorial urbano.

A demanda por formação profissional é fortemente impactada pelas transformações no âmbito do setor produtivo e de serviços. O setor cultural não foge à regra e tem sido solicitado a formar profissionais cada vez mais capacitados diante das fortes exigências do mundo do trabalho. Ainda que o número de cursos técnicos de nível médio nessa área tenha crescido, com a expansão dos cursos profissionalizantes em todo o país, a ampliação da oferta no campo da cultura ainda é uma necessidade. A própria estruturação dos saberes de muitos dos campos profissionais da cultura ainda está por ser sedimentada. Conforme aponta Leonardo Brant:

Atuar na atividade cultural é algo que exige conhecimento. É necessário saber balancear uma formação humanística ampla e consistente, capaz de apreender e decodificar nuances, especificidades e contextos necessários para compreender melhor a teia de relações e interesses onde se está inserido, em especial os políticos e econômicos, com o conhecimento técnico que o habilite a dialogar com todas as instâncias da sociedade.¹³

A cultura tem tido cada vez mais reconhecido o seu papel no crescimento econômico e desenvolvimento social, na gestão de recursos, na resolução de conflitos e no estabelecimento do diálogo social, no enfrentamento da desigualdade, na inserção social e afirmação de identidades. A cultura é também reconhecida como um grande vetor de conhecimento e inovação. Tendo em vista estas qualidades, é relevante seu

¹². IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros - Cultura 2014.

¹³. BRANT, Leonardo. “Uma abordagem multidimensional para a atividade cultural”. In: Revista Observatório Itaú Cultural, n. 6, (jul./set.), São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2000, p. 78.

papel para a democracia política e social, permitindo o engajamento dos atores nos processos sociais como agentes cientes de sua inserção no mundo. Tais valores se realizam no ciclo de produção e consumo de produtos, serviços e atividades culturais. Qualificar profissionais para a atuação neste setor implica colaborar significativamente para efetiva implementação de diretrizes estratégicas para o futuro.

Este patamar de crescente significação e participação da cultura no desenvolvimento social e econômico do país é determinante para explicar o papel que o fazer cultural provoca cada vez mais nos corações e mentes da juventude e das novas gerações. Isto é visível especialmente em novos modos de produção e fruição cultural em determinadas linguagens que se popularizaram em tecnologias e ferramentas mais acessíveis. Uma parte muito grande das juventudes urbanas, filhas e filhos dos trabalhadores de baixa remuneração, movem-se na cidade, resistem e alimentam-se a partir da cultura que constroem, produzem e consomem. Faltam empregos, especialmente aos jovens; há uma deterioração do ensino médio público e uma certa dessintonia entre a fruição da cultura e o espaço da escola formal; há ainda certa criminalização da juventude por parte do Estado; relacionar trabalho e cultura, neste contexto, passa a ser uma utopia de muitos jovens urbanos, pois vislumbra-se aí uma forma mais humana e crítica de fazer do trabalho modo de transformação e reprodução da vida.

A Constituição Federal de 1988 incluiu, pela primeira vez, o direito à cultura no rol dos direitos fundamentais, relacionando-o ao desenvolvimento, o respeito à diversidade das culturas formadoras da sociedade brasileira, patrimônio simbólico que confere lastro à criatividade e ao desenvolvimento nacional. Sob esta perspectiva é dever do Estado envidar esforços para a garantia de realização dos direitos culturais.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco (2005), destaca a necessidade de incorporar a cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais, celebrando o papel da cultura na plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A convenção ressalta ainda a complementariedade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento e defende o acesso equitativo às expressões culturais de todo mundo e aos meios de expressão e difusão. Desta maneira visa incentivar e qualificar, entre diversos aspectos, a criatividade e as capacidades de produção, gestão e circulação, mediante o estabelecimento de programas de educação na área das indústrias culturais.

É sabido que o funcionamento de um sistema cultural envolve uma série de profissionais que atuam em diferentes níveis. Capacitar profissionais que sejam capazes de lidar com os diversos meandros da cultura se tornou uma tarefa crucial das instituições e atores envolvidos com a área cultural.

Neste aspecto, a formação na área cultural demanda mais empenho e atenção das esferas governamentais, considerando a notável demanda de profissionais versáteis no vasto campo da cultura e entendendo o papel central que ela ocupa atualmente, tomando por partida a realização das “Conferências Nacionais de Cultura” (de 2005 e 2010), a “Declaração Universal da Diversidade Cultural” (UNESCO, 2002), além da já citada “Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais” (UNESCO, 2005), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006.

Assistimos a uma crescente oferta de cursos de formação na área cultural, ainda insuficiente, proporcionada principalmente por instituições privadas,¹⁴ pouco acessíveis às camadas mais baixa da população. A formação e a capacitação pública e gratuita é a melhor forma de evitar a perpetuação das desigualdades de oportunidade no setor. A formalização profissional na área cultural no tocante geral é nova, a capacitação na área *idem*. Recentemente houve um *boom* de cursos na área, variando sua nomenclatura: “Gestão Cultural”, “Gestão e Políticas Culturais”, “Gestão de Projetos Culturais”, “Produção Cultural”, “Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado”, entre outros, em geral circunscritos aos conceitos gerais de cultura, planejamento e leis de incentivo.¹⁵

A discussão sobre a abrangência e atuação deste profissional no campo cultural atual ainda é bastante embrionária, mas cada vez tem ganhado mais espaço. Maria Helena Cunha (2007, p. 10) argumenta que:

É preciso analisar também o seu processo formativo, considerando como base de sustentação teórica conhecimentos multidisciplinares, que deve estabelecer uma relação entre as questões artísticas e culturais associadas aos conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos, bem como aos conhecimentos mais técnicos da comunicação, economia, administração e direitos aplicados à esfera cultural.¹⁶

A formação na área cultural precisa ser entendida como um pilar estruturante e as esferas públicas necessariamente precisam de alguma forma assumir o protagonismo

¹⁴. Itaú Cultural, SENAC e Centro de Pesquisa e Formação do SESC em São Paulo, por exemplo.

¹⁵. Sobre este aspecto, ver o recente Mapeamento dos cursos de Gestão Cultural no Brasil: <http://www.itaucultural.org.br/observatorio-noticias/madeamento-dos-cursos-de-gestao-cultural-no-brasil/> - Acesso em 18 de abril de 2017.

¹⁶. CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural: Construindo uma Identidade Profissional. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador-Bahia, 2007.

da discussão e das políticas. Mas a capacitação de gestores e produtores culturais em nível público tem a ver com o interesse do Estado e, em paralelo, dos sujeitos, em participar ativamente nessa quimera, pressionando tais instâncias pela abertura de cursos, vagas e desenvolvimento de políticas para o setor. Para Maria Helena Cunha (2008, pp. 35-36),

Podemos afirmar que a gestão cultural é uma profissão contemporânea complexa que, além de estabelecer um compromisso com a realidade de seu contexto sociocultural, político e econômico, tem pela frente o desafio de definir suas próprias necessidades formativas. Hoje já se reconhece o importante papel da gestão cultural na mediação e na organização entre as instâncias políticas e a sociedade. Essas são ações cada vez mais especializadas.¹⁷

Portanto, a formação de gestores e produtores culturais em muito tem a ver com a diversidade de vozes e interesses: universidades, esfera pública, setor privado, agentes culturais, coletivos artísticos e movimentos sociais entre outros. Idealmente será necessário formar um profissional que consiga atuar tanto na comunidade como no estado e no mercado cultural, dando suporte à produção artístico-cultural local e da cidade como um todo. O caráter heterogêneo desta formação se torna assim um desafio. Para o pesquisador Rubens Bayardo (2008, p. 60),

A formação e a profissionalização de novos gestores culturais requerem o desenvolvimento de um trabalho conceitual que pode se diferenciar em um modelo ideal de duas formas de abordagem: uma perspectiva empírica e uma perspectiva teórica. Dizemos trabalho “conceitual”, deixando de lado os pontos de vista fundados em intuições ou em experiências postuladas como práticas ou técnicas independentes de noções e de teorias, por entender que não existem dados sem observadores e sem suposições explícitas ou implícitas que os orientem conceitualmente. Ao mesmo tempo, quando opomos de modo bipolar abordagens “empíricas” e “teóricas”, fazemos isso como uma ferramenta heurística que nos permite caracterizar e segmentar de maneira simplificada a análise dos fenômenos de uma realidade muito mais diversificada e mais complexa.¹⁸

O gestor e produtor cultural não são genuínos programadores de atividades, eles devem ser profissionais que englobam em seu repertório um *know-how* diversificado, pois é necessário que acumulem conhecimentos, mas também a virtude de ordená-los, partindo da aptidão de compreender a dimensão temporal da cultura. Esse profissional deverá se vincular às iniciativas e procedimentos culturais de sua região, não somente como um gestor de práticas culturais, mas como alguém que direcione sua percepção para a esfera sociocultural, atuando como mediador entre o âmbito público, privado, grupos comunitários e práticas globais. Além de extenso repertório artístico e referencial na área da cultura.

¹⁷. CUNHA, Maria Helena. “Referências Bibliográficas: Mais um Desafio para o Gestor Cultural”. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 6, (jul./set. 2008). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2008.

¹⁸. BAYARDO, Rubens. “A Gestão Cultural e a questão da formação”. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 6, (jul./set. 2008). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2008.

Economia da Cultura e Mercado de Trabalho

As pesquisas sobre emprego e formação cultural no Brasil ainda são incipientes, a despeito da reconhecida importância social e econômica deste campo. Algumas iniciativas começam a reverter este cenário, cada vez mais relevante no campo das políticas públicas. Ainda assim, há dificuldades de se lidar com os dados de emprego no setor cultural: as bases de informações não foram construídas para dimensionar este setor em específico, implicando em problemas de classificação, agregação, comparação e definições de variáveis. Alguns estudos, porém, nos fornecem pistas sobre o cenário do emprego cultural na última década. Estudos recentes do IBGE, IPEA, Atlas Econômico da Cultura Brasileira e MinC apontam para a informalidade no setor cultural, e dados de renda, número de empresas e postos de trabalho, gênero, raça, idade, escolaridade, distribuição geográfica entre outros.¹⁹

Há elevada informalidade no mercado de trabalho cultural - 62,9% trabalham sem carteira assinada, 13% mais do que o total, incluindo aí trabalhadores autônomos, implicando muitas vezes em uma precarização do trabalho (IPEA, p. 47, 2010). Ainda que o Estado de São Paulo seja o segundo menos informal no País, colaborar para a estruturação deste mercado profissional mediante a qualificação do trabalhador pode vir a incidir, de alguma maneira, sobre este cenário.

A redução da informalidade é resultado de um complexo conjunto de ações, ligadas, entre outras, às leis trabalhistas e à regulamentação de profissões no setor, incluindo aí a capacitação e certificação profissional. O último cômputo do Governo Federal, em 2014, registrou 1.685.128 postos de trabalho formais, significando um crescimento de 10% em 4 anos.

Assim como em outras áreas, o setor cultural necessita de profissionais capacitados em áreas específicas. É notável que o leque de cursos livres e técnicos na área cultural foi consideravelmente ampliado na última década. No ano de 2014, foram efetuadas 1.032 matrículas no eixo tecnológico “Produção Cultural e Design” na rede federal de educação, ciência e tecnologia, eixo considerado como indicador de resultados da meta 15, de ampliação de cursos técnicos na área cultural. O número seria bastante ampliado se fossem consideradas matrículas promovidas por outros níveis de

¹⁹. IBGE, 2014: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>

IPEA, 2010: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/idecultweb.pdf>

ATLAS, 2017: Volume I: <http://www.ufrgs.br/obec/pubs/CEGOV%20-%202017%20-%20Atlas%20volume%201%20digital.pdf> e Volume II: <http://www.ufrgs.br/obec/pubs/CEGOV%20-%202017%20-%20Atlas%20volume%202%20digital.pdf>

governo e pela iniciativa privada. Entretanto, a oferta de cursos na cidade de São Paulo ainda não é satisfatória para a pluralidade e extensão das áreas do setor cultural com suas especificidades e necessidades atuais.

É reconhecido que a certificação profissional promove a produtividade e o reconhecimento social, atua na inclusão social e profissional. A ampliação dos cursos deste setor são importantes para aumentar a empregabilidade dos profissionais, permitindo a disputa e a criação de novas oportunidades neste mercado que tem crescido. A oferta de cursos deve estar em sintonia com as demandas deste universo produtivo.

Há ainda, no Plano Nacional de Cultura, metas relacionadas à dinamização da economia da cultura, como a meta 53, que visa um incremento da participação do setor cultural no Produto Interno Bruto (PIB), que está, ainda que indiretamente, relacionada à geração de emprego e às políticas de formação que impactam o campo. No Brasil, apesar da histórica carência de investimentos, estima-se que a economia da cultura e criativa formal represente entre 1,2% e 2% do PIB brasileiro oficial (IPEA, p. 45, 2013).²⁰ Segundo o Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010 (MinC/IBGE, p. 54, 2013),²¹ as atividades culturais movimentaram cerca de R\$ 374,8 bilhões de receita líquida no período.

Dados da UNCTAD/ONU²² revelam que, entre 2001 e 2007, enquanto a economia global cresceu a uma taxa média anual de 2,5%, o comércio de bens e serviços oriundos da indústria cultural e criativa cresceram à média de 13,5% ao ano. Em 2008, mesmo com a eclosão da crise mundial e retração do comércio global em cerca de 12%, a economia criativa e cultural foi dos raros setores econômicos que manteve taxa de crescimento positiva, atingindo o patamar de 14,4%, gerando uma receita de cerca de US\$ 592 bilhões.²³

Trata-se de um mercado de trabalho significativo no conjunto da economia. São mais de 251 mil empresas no país (FIRJAN, p. 4, 2014). Outras metodologias apontam para 400 mil empresas e organizações consideradas como culturais, correspondendo a 7,8% do número total de empresas do universo do Cadastro Central de Empresas. 2,1 milhões de pessoas ocupavam este mercado de trabalho, 73,5% assalariadas

²⁰ IPEA, 2013: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2026/1/TD_1880.pdf

²¹ MinC/IBGE, 2013: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65974.pdf>

²² <http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>

²³ Relatório de economia criativa 2010: Economia criativa, uma opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012, p. 128.

(MinC/IBGE, p. 35, 2013), sendo que as grandes metrópoles, e principalmente a cidade de São Paulo, têm um papel de extrema relevância. 41,5% das ocupações no setor cultural estão nos 13 maiores municípios brasileiros, notadamente aqueles com mais de 1 milhão de habitantes, representando mais de um milhão de empregos, revela o Censo do IBGE 2000 ao tomar como base os empregos relacionados a estabelecimentos culturais.

O mercado de oportunidades de emprego cultural mostra-se extremamente competitivo, de forma que a qualificação desponta como elemento fundamental para a inserção e participação ativa. Em 2010, 45,5% dos trabalhadores da cultura tinham ensino médio completo ou superior incompleto, enquanto a média dos demais setores é de 29,4% (MinC/IBGE, p.113, 2013). No País, cerca de 25% das ocupações culturais são exercidas por pessoas com ensino superior, mais que o dobro que os 10,7% dos ocupados com escolaridade superior. No Estado de São Paulo a participação é ainda maior: 35% dos que ocupam empregos ligados à cultura possuem nível superior, mais que o dobro dos 15% de ocupações gerais com nível superior.

Também o salário médio na cultura é 53% superior ao salário do mercado geral, remunerando em média com 5,9 salários, enquanto em outros setores de serviço a média salarial é de 3,2 mínimos. Criar oportunidades públicas de inserção democrática neste mercado significa, portanto, atuar diretamente, ainda que de maneira pontual, na redução das desigualdades sociais e econômicas. Atualmente a participação de população negra nas ocupações culturais no País, de 31,9%, é bastante inferior à participação desta população nas ocupações totais, de 43,5% (IPEA, p. 54, 2010), sem falar nas taxas de desemprego, mais altas nesta parcela da população.

A cultura é um campo de produção e circulação de significados e, desta maneira, o acesso de parcelas discriminadas da população ao universo cultural que a formação pública e gratuita poderá contribuir para mudanças nas relações sociais tendo em vista uma sociedade mais plural e diversa. Como há um crescente dinamismo no campo cultural, é fundamental que o Estado atue de forma a viabilizar equidade de oportunidades.

Trata-se de atuar, também, sobre uma parcela estratégica da população, a juventude. A participação de jovens nas profissões ligadas a cultura é superior à participação do segmento das ocupações gerais, sendo desta maneira uma área que merece um olhar atento das políticas públicas. É importante apontar o peso que a

agenda política de integração do jovem ao mercado de trabalho vem adquirindo nos últimos anos, tendo o campo da cultura um importante potencial de inserção simbólica e laboral.

A cidade de São Paulo ocupa um lugar eminentemente importante neste cenário. Comporta o mais robusto e dinâmico mercado cultural do país e recebe a maior fatia de investimentos públicos e privados em cultura, gerando grandes oportunidades de trabalho. A região Sudeste é responsável por 80% da captação de recursos no País através de mecenato cultural entre 1996 e 2006. Das 2069 empresas investidoras em cultura no País, 873 estavam no estado de São Paulo em 2006. Dentre os 5507 municípios brasileiros, a cidade de São Paulo lidera o ranking de postos culturais de trabalho, com 11,4% das ocupações culturais do País e a segunda maior remuneração na área. Na cidade, 3,07% das ocupações são ligadas à cultura frente ao índice estadual de 2,1% e nacional de 1,7%. A participação da renda do trabalho cultural é de 3,3% do total da renda no município, frente a 2,7% da média nacional (IPEA, p. 56, 2010). É necessário prover este mercado de profissionais qualificados, visando o desenvolvimento qualitativo da produção.

Considerações Finais

É necessário destacar que a questão do trabalho e emprego no campo cultural e da formação técnico-profissionalizante surgem em importantes documentos balizadores das políticas públicas de médio e longo prazo. Entre os objetivos do PNC está “profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais”. Da mesma forma, a meta 32 do PMC da cidade de São Paulo ambiciona “Programas de formação técnica e profissionalizante para as artes, gestão e produção cultural ampliados e implementados”. A questão é objetivamente sublinhada como desafio vital no PNC, que propõe um total de 53 metas até 2020, das quais é possível destacar:

- **Meta 11** – Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural, criar mais de 1,3 milhão de empregos formais no setor cultural;
- **Meta 15** - Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas;
- **Meta 17** – 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo MEC;
- **Meta 18** - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura. Dobrar o número de pessoas qualificadas em cursos, oficinas, fóruns e seminários na área cultural.

Atingir estas metas não é tarefa simples, de forma que a colaboração das distintas esferas de governo e do setor privado se faz extremamente necessária.

Para uma política pública que atue de maneira dinâmica no setor cultural, faz-se necessário não apenas fomentar a produção artística, a difusão e o acesso à fruição, demonstrando o compromisso do poder público com esta importante dimensão da vida social, mas também se faz urgente que São Paulo ocupe um lugar estratégico na capacitação e formação de profissionais qualificados para alimentar essa cadeia de produção. Há uma demanda de promover a megalópole à posição de referência também na qualificação dos técnicos e profissionais na área cultural. Tal papel de referência ainda é muito incipiente e aquém da importância e do potencial que o município apresenta.

É imperativo que os processos formativos trabalhem com a premissa de que não existe dicotomia entre os saberes artísticos e técnicos, entre técnica e arte, mas complementariedade e troca. Ou seja, é importante aproximar os produtores de cultura, o mercado e os aprendizes, para que estes compreendam os dilemas e aspectos práticos que moldam o fazer artístico. Não se trata, contudo, da submissão da formação aos interesses do mercado, mas sim a construção dialógica e crítica de conhecimento sobre as aspirações e necessidades dos diferentes atores (fazedores e artistas, mercado cultural, poder público etc).²⁴

Entre as metas do Plano Municipal de Cultura de São Paulo, a formação aparece de maneira destacada: “Promover a formação artística, técnica e de gestão cultural, com ênfase na ampliação do acesso e na descentralização territorial”. Neste sentido, a Secretaria Municipal de Cultura passa a contar com um importante instrumento de planejamento que contempla tanto as iniciativas de formação que já realiza como o desenvolvimento e implementação de ações futuras, com especial atenção para a Meta 14, que vislumbra a “criação e ampliação de vagas de formação técnica e profissionalizante nas áreas artísticas, de gestão e produção cultural”.

Sendo o município a instância mais próxima dos modos de vida da população e do fazer cultural, ampliar e qualificar a formação na área cultural é olhar de forma estratégica e sensível para as potencialidades da cultura como pilar essencial do desenvolvimento e da cidadania, intrincado diretamente com as estruturas econômicas e sociais e com a dinâmica urbana.

²⁴. SENA, Eduardo Augusto. “Relatoria da Semana de Formação, Cultura e Trabalho”. São Paulo: 2016, p. 52 (Relatório técnico).

Referências Bibliográficas

BAYARDO, Rubens. “A Gestão Cultural e a questão da formação”. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 6, (jul./set. 2008). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2008.

BRANT, Leonardo. “Uma abordagem multidimensional para a atividade cultural”. In: Revista Observatório Itaú Cultural, n. 6, (jul./set.), São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2000.

CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural: Construindo uma Identidade Profissional. *III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador-Bahia, 2007.

_____. “Referências Bibliográficas: Mais um Desafio para o Gestor Cultural”. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 6, (jul./set. 2008). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2008.

FIRJAN, Sistema. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, 2014.

GIL, G. Hegemonia e diversidade cultural. In: GIL, G; FERREIRA, J. **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da cultura 2003-2010. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros: Cultura: 2014**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Panorama da Economia Criativa no Brasil. Brasília: Rio de Janeiro : Ipea, 2013.

MINC - Ministério da Cultura; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Relatório de economia criativa 2010: **Economia criativa, uma opção de desenvolvimento**. Brasília: Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

TOLILA, P. **Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

SENA, Eduardo Augusto. “Relatoria da Semana de Formação, Cultura e Trabalho”. São Paulo: 2016. (Relatório técnico).